DA SINCRONIA À DIACRONIA: OS "TRÊS TEMPOS" DA "HISTÓRIA TOTAL" DE BRAUDEL A PARTIR DE UM DIÁLOGO COM LEVI-STRAUSS[1]

SYNCHRONY AND DIACHRONY: THE "THREE TIMES" OF "TOTAL HISTORY" OF BRAUDEL FROM A DIALOGUE WITH LEVI-STRAUSS

José Eustáquio Ribeiro[2*]

Resumo: Esse artigo tem por objetivo fazer uma discussão a respeito do conceito teórico de "três tempos de história" criado e vastamente empregado pelo historiador francês Fernand Braudel. Para tanto o estudo procura recuperar o diálogo polêmico estabelecido com o antropólogo Claude Levis-Strauss.

Palavras-Chave: Teoria da História; Historiografia; Fernand Braudel; História e Antropologia; Historiografia Francesa

Abstract: This article aims to make a discussion on the theoretical concept of "three times in history" established and widely used by French historian Fernand Braudel. To that end, seeks to recover the dialogue established with the controversial anthropologist Claude Levis-Strauss

Key-words: Theory of History; Historiography; Fernand Braudel; History and Anthropology; French Historiography

> Essas lembranças não eram simples; cada imagem visual estava ligada às sensações musculares, térmicas, etc. podia reconstruir todos os sonhos, todos os entressonhos. Duas ou três vezes havia reconstruído um dia inteiro; nunca havia duvidado, cada reconstrução, porém, já tinha requerido um dia inteiro.
> (Jorge Luis Borges – *Funes, o Memorioso*)

A partir do final da década de 60 e, especialmente, na década de 70 do século XX, houve um processo geral de recusa do pensamento histórico anterior. Este pensamento passava a ser acusado de excessivamente "determinista", em função de seu caráter "estruturalista", que supostamente aprisio-

[1] Esse artigo foi desenvolvido a partir de um trabalho inicialmente apresentado para a disciplina *Seminário Avançado em Teoria e Metodologia*, ministrada pelo Prof. Dr. Estevão C. de Rezende Martins, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, nível doutorado, área de concentração em História social.

[2] José Eustáquio Ribeiro é professor Assistente I do Curso de História do Campus de Catalão da Universidade Federal de Goiás. Graduado em História pela mesma universidade e mestre em História Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Franca.

naria o evento (e por conseqüência a ação e as intenções do homem) numa espécie de rede, onde se tornava um mero *índice* ou *função* da estrutura, uma vez que por ela determinado. Os "acontecimentos", ou simplesmente o *acontecimento*, de maio de 1968, por exemplo, parecem ter demonstrado, para os intelectuais que viveram essa época, existir no evento uma força determinadora de sentido histórico que não poderia ser contida, ou explicada, por qualquer tipo de jogo estrutural. O evento seria então o *elemento* central da História, não o *índice* ou *função* do quer que seja. Era a demonstração explícita de que as ações individuais, a vontade, a contingência, poderiam ter peso decisivo no curso do evento. A partir daí inicia-se um processo de "desconstrução" da antiga maneira de pensar, que parte principalmente da recusa dos seus fundamentos teóricos. A "vaga" estruturalista foi substituída pelo "pós-estruturalismo"; a "modernidade" pela "pós-modernidade"; uma antiga linha de pensamento que remontaria ao século XVIII, o *Iluminismo*, entraria em convalescença, e o mundo *moderno* cada vez mais seria suplantado pelo *pós-moderno*.

Na França, no campo da produção de conhecimento histórico, um dos principais alvos dessa crítica foi Fernand Braudel, que dominava de forma quase inconteste, praticamente todo o ambiente acadêmico da ciência histórica a partir de meados do século XX. Para Stoianovitch, conforme a análise de José Carlos Reis, "entre 1946 e 1972, quando os *Annales* estiveram sob a direção de Braudel, este teria criado um paradigma reconhecível e maduro, uma matriz disciplinar autônoma" (REIS, 1999, 55). Reis por sua vez recusa o pressuposto de que o *domínio braudeliano* constituísse um paradigma particular, pois seria ele apenas um dos representantes de uma forma paradigmática de pensar a história, que é a "moderna", e no caso específico, a "estrutural funcionalista", cuja forma de pensamento seria que "a ação humana deixa de ser exemplo para ser função", sendo que a "mudança se insere em um sistema" (REIS, 1999, p. 56).

Em 1969 Braudel deixa o comando dos *Annales* a uma nova geração de historiadores, aparentemente um eco dos acontecimentos do ano anterior, por isso, diz Burke que "os acontecimentos pareciam vingar-se de quem tanto os menosprezava" (BURKE, 1991, 56). Os indivíduos, nesse caso agregados na forma de multidão, pareciam, na prática, ameaçar os grilhões estruturais instituídos por Braudel, afirmando a sua liberdade, a qual Braudel não possuía em 1945, ocasião em que elaborou sua principal obra. Um dos principais articuladores da crítica ao *estruturalismo determinista* de Braudel foi Michel Foucault. Em *Arqueologia do saber*, Foucault não menciona Braudel, mas claramente ele é o seu interlocutor implícito. Para Foucault os historiadores são na verdade, produtores de séries, as quais chamam de estruturas, cujo principal problema constitui-se no recorte que delimita uma série da outra: pois para eles existe

> a necessidade de distinguir não mais apenas acontecimentos importantes (com uma longa cadeia de conseqüências) e acontecimentos mínimos, mas sim tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferente (alguns breves, outros de duração média, como a expansão de uma técnica, ou uma rarefação da moeda; outros, finalmente, de ritmo lento, como um equilíbrio demográfico ou o ajustamento progressivo de uma economia a uma modificação do clima): daí a possibilidade de fazer com que apareçam séries com limites amplos, constituídas de acontecimentos raros ou de acontecimentos repetitivos. O aparecimento dos períodos longos na história de hoje não é um retorno às filosofias da história, às grandes eras do mundo, ou às fases prescritas pelo destino das civilizações; é o efeito da elaboração, metodologicamente organizada, das séries (FOUCAULT, 2005, 8-9).

O problema para Foucault não é exatamente o das continuidades, mas da descontinuidade entre uma série e outra. O que ele opera na verdade é uma crítica ao conceito de tempo e de seus ritmos existentes na obra de Braudel e seus seguidores, dada a sua incapacidade de explicar um evento como o de maio de 1968.

A nossa postura nesse texto é a de evitar generalizações que configurem ordens muito extensas de formas de pensamentos (moderna, iluminista, estruturalista, pós-moderno, pós-estruturalista etc.). Propugnamos uma forma mais matizada de leitura teórica da historiografia, assim entendemos que existe um risco de atribuir valores absolutos como *estruturalista* ou *determinista* a Fernand Braudel. Entendemos que Braudel desenvolve sua proposta de história em resposta às incitações da época e das demais ciências humanas. Seu grande problema era dar estatuto científico à história, preservando aquilo que ela possui de particular, a historicidade, a sua temporalidade e a sua irredutibilidade a qualquer tipo de ciência puramente nomológica. Nesse sentido, a contribuição de Braudel que mais produziu reverberação, a noção de tempo tripartite, nada mais é que uma forma metódica de conferir à história um caráter científico. Para tanto, trata-se aqui de discutir algumas questões: refutar o suposto "estruturalismo" e "determinismo" de Braudel; a dificuldade apresentada pela noção de acontecimento; refletir sobre o problema do acontecimento e das temporalidades mais extensas como um problema de produção de sentido na história. Assim, nossa discussão diz respeito principalmente do manejo que Braudel faz do tempo diacrônico da história.

Em 1958, Braudel publica nos Annales o seu artigo sobre a *Longa duração*, no volume de outubro/dezembro desse mesmo ano. Segundo Michel Vovelle, "o texto soava, [...], como uma proclamação, até mesmo uma profissão de fé" (VOVELLE, 1990, 65). Assim, "a invasão estruturalista aconteceu, e a história não morreu com isso" (VOVELLE, 1990, 67). Contudo, é preciso considerar que o que está exposto nesse texto foi colocado

em prática em 1946, na tese de doutoramento de Braudel, *O Mediterrâneo*, a qual, inclusive, possui um prefácio que, ao expor a ordem de exposição dos volumes da obra, já expõe o seu conceito de três tempos. O texto de 1958, assim, teve mais repercussão que novidade. Seria uma retomada, uma reafirmação e uma melhor fundamentação das idéias já presentes em 1946. Conforme Krzysztof Pomian (1990), a noção de "longa duração" aí desenvolvida teria sido uma reposta ao livro *Antropologia Estrutural*, de Claude Lévi-Strauss, especialmente no artigo que tem justamente esse nome.

O livro de Lévi-Strauus também foi publicado em 1958. Isso explica o artigo, mas não a noção de tempo de Braudel, pois essa tem origem bem anterior, ao menos em 1946. Para François Dosse, apesar disso, o artigo de 1958 se constitui "em resposta ao desafio estruturalista encarnado por Claude Lévi-Strauss" (DOSSE, 2004, 130). Ao ler o texto de Braudel fica evidente o diálogo que esse estabelece com Lévi-Strauss, em relação às provocações que esse fez não exatamente à cientificidade da história, mas sim a respeito do lugar que a história deveria ocupar no âmbito das ciências humanas. *Antropologia estrutural*, apesar de publicado em 1958, constitui na verdade uma reunião de artigos publicados anteriormente. Em dois desses artigos, especialmente, ele dirige a sua leitura em direção ao conhecimento histórico. Um é "A noção de estrutura em Etnologia", originalmente publicado em 1952; o outro já é mais direto, pois se denomina "História e etnologia" (na verdade aparece como introdução do livro) publicado pela primeira vez em 1949. Ou seja, ambos são posteriores ao *Mediterrâneo*. Tais idéias de Lévi-Strauss, de qualquer forma, já estariam presentes em *As formas elementares do parentesco*, que, contudo, foi originalmente publicado em 1949, ou seja, também é posterior ao texto de Braudel onde originalmente está formulada a sua concepção de tempo histórico.

Podemos então afirmar que a concepção de tempo de Braudel não foi meramente reativa às formulações de Lévi-Strauss. O que ele fez em 1958 foi estabelecer um paralelo da sua noção de *tempo*, *estrutura* e *diacronia*, com aquilo que também foi formulado por Lévi-Strauss, afirmando e explicando aquilo que praticou em 1946, bem como colocando a questão nos termos de um diálogo epistemológico. O que ele operou também não foi uma mera transposição da estrutura do "estruturalismo" social da antropologia, nem da sua noção de sincronia. Foi fundamentalmente a afirmação da acepção particular que esses termos possuem na história, e que, por fim, tem um papel mais metodológico que propriamente conceitual.

Para Braudel a noção de estrutura possui um papel fundamental na explicação da história, no sentido de constituição da totalidade histórica. Não nega o emprego que Lévi-Strauss fazia da mesma. Contudo, não a emprega no mesmo sentido, ou seja, no sentido de se produzir uma "história estrutural". Segundo ele, Lévi-Strauss "impele a *antropologia estrutural* para

os processos da lingüística, os horizontes da história 'inconsciente' e o imperialismo juvenil dos matemáticos 'qualitativos'" (BRAUDEL, 1990, 7). Lévi-Strauss, de sua vez, refuta a idéia de que sua "crítica" à história deriva de uma recusa da concepção de tempo dos historiadores, pois: "mantenho que a noção de tempo não está no centro do debate" (LÉVI-STRAUSS, 1975, 323). Isso ocorre de fato, pois a sua concepção de ciências humanas não recusa um "lugar" para a história. Para ele a *antropologia estrutural* deve estar atenta tanto à "sincronia" quanto à "diacronia". Vejamos então como Lévi-Strauss coloca a questão.

Para Lévi-Strauss o etnólogo deve se empenhar em desenvolver sistemas sincrônicos de explicação dos fenômenos sociais. Assim, a "estrutura" que é a forma assumida pelo sistema desenvolvido pelo etnólogo, possui um caráter abstrato, não redutível à pura *empiria*, pois "quando se fala de estrutura social, dá-se atenção, sobretudo, aos aspectos formais dos fenômenos sociais; sai-se, pois, do domínio da descrição para se considerar noções e categorias que não pertencem à etnologia" (LÉVI-STRAUSS, 1975, 314). A realidade social é empiricamente observável, contudo, não é empiricamente evidente, já que "os fenômenos observáveis resultam do jogo de leis gerais, mas ocultas" (LÉVI-STRAUSS, 1975, 314). A *antropologia estrutural*, assim, não se restringe em observar e descrever o real, essa seria a função específica da etnografia e da história, não da antropologia ou da etnologia. Até esse ponto, que é o da descrição empírica do real, ainda não se tem a ciência da sociedade, essa só seria alcançada no momento em que se obtivessem *leis gerais*, assim ela é nomológica e não ideográfica. Ela constrói modelos abstratos, formais, que devem ser "sistemáticos", por isso não constituídos de "elementos", mas que sejam capazes de, dedutivamente, explicar "todos os fatos observados" (LÉVI-STRAUSS, 1975, 316). O método antropológico seguiria então o processo: Observação→ Estrutura → Experiência. Ou seja, o sistema estrutural abstrato tem seu valor justamente na capacidade de explicar os fenômenos particulares observados empiricamente, pois os preconceitos teóricos dos etnólogos não podem e não devem alterar os fatos concretos (LÉVI-STRAUSS, 1975, 317).

Mas a estrutura nunca é a própria realidade, ela não é uma mensuração do real, já que para Lévi-Strauss "não existe nenhuma conexão necessária entre a noção de 'medida' e a de 'estrutura'" (LÉVI-STRAUSS, 1975, 320). Os fenômenos estruturais são assim sincrônicos, pois não dizem respeito a realidades específicas observáveis no tempo e no espaço, pois "quando o antropólogo procura construir modelos, tem sempre em vista, e como segunda intenção, descobrir uma 'forma comum' às diversas manifestações da vida social" (LÉVI-STRAUSS, 1975, 406). O conhecimento antropológico é necessário, nomotético, lógico, uma vez que, afirma Lévi-Strauss em *O pensamento selvagem*, "quem diz lógica diz restauração de relações neces-

sárias" (LÉVI-STRAUSS, 1989, 51). O valor lógico de uma assertiva estrutural deve ser encontrado dentro do próprio sistema, ou seja, no interior da própria estrutura, pois "a lógica dos termos de uma classificação são de ordem estrutural, não de ordem intrínseca desses termos" (LÉVI-STRAUSS, 1989, 79). Não se trata de *elementos*, mas sim de *termos* que adquirem significação de acordo com sua *posição* estrutural, pois insiste que "os termos nunca tem significação intrínseca; a sua significação é de 'posição', por um lado, função da história e do contexto cultural e, por outro, da estrutura do sistema em que são chamados a figurar" (LÉVI-STRAUSS, 1989, 71). Obviamente, aqui ele abre margem à história e ao seu caráter ideográfico e empírico, mas trataremos disso mais adiante.

Um exemplo fornecido pelo próprio Lévi-Strauss pode elucidar essa noção estruturalista. No sistema classificatório das tribos australianas de Kimberley o "mel" e a "piroga", ocupam a mesma posição dentro de seu sistema estrutural. Isso porque para esse sistema, uma posição sistêmica é designada por aquilo que é "fabricado" e outra por aquilo que não é, a piroga é feita pelo homem assim como o mel é feito pela abelha (LÉVI-STRAUSS, 1989, 73). Do ponto de vista dos termos não existe nenhuma relação de entre os dois "produtos", contudo vistos pela ótica da estrutura de significação se verifica a sua lógica, ou seja, "arbitrário no nível dos termos, o sistema torna-se coerente quando se pode percebê-lo em seu conjunto" (LÉVI-STRAUSS, 1989, 71). A *estrutura* não se apresenta de pronto ao observador, o significado dos termos só pode ser obtido por meio da operação etnológica de construção de categorias. Assim, "a verdade é que o *princípio de uma classificação nunca se postula*, somente a pesquisa etnográfica, ou seja, a experiência pode apreendê-lo à *posteriori* [grifos do autor]" (LÉVI-STRAUSS, 1989, 75). Nesse aspecto o sentido ou significado é *posteriorístico*, pois é preciso primeiro obter a estrutura para se apreender o significado dos termos da mesma. O significado é verificado *conscientemente* pelo etnólogo, uma vez que na realidade ele é *inconsciente* no mundo objetivo dos sujeitos culturais. Assim o processo metodológico pode ser assim esquematizado: Estrutura → Experiência → Significação. Deve se conjugar a etnografia com uma etapa prévia a ser cumprida pela etnologia:

Etnografia	Etnologia
Observação ↓ Estrutura ↓ Experiência	Estrutura ↓ Experiência ↓ Significação

Existe na investigação da sociedade um processo de ida e volta, pois "o espírito vai da diversidade empírica à simplicidade conceitual; depois, da simplicidade conceitual à síntese significante" (LÉVI-STRAUSS, 1989, 150). Nesse aspecto a pretensão de Lévi-Strauss não se distancia muito da de Newton, pois deseja produzir uma verdadeira física da sociedade. E é justamente aqui que se insere sua reflexão a respeito da história.

Para a elaboração estruturalista de Lévi-Strauss, a etnologia não está completamente afastada da perspectiva histórica, pois a diacronia da história invade a própria sincronia da estrutura, ou seja, "o ser diacrônico da diacronia no interior da própria sincronia" (LÉVI-STRAUSS, 1989, 263). A diacronia histórica se apresenta no momento de se estabelecerem os processos de mudanças estruturais, pois se a estrutura muda, de uma situação anterior para a atual, o *tempo* não pode ser ignorado, por isso a estrutura é também diacrônica. Assim, "a série original está sempre lá pronta a servir de sistema de referência para interpretar ou retificar as mudanças que se produzem na série derivada. Teórica senão praticamente, a história está subordinada ao sistema" (LÉVI-STRAUSS, 1989, 259). A história se localiza dentro do próprio sistema e a ele está subordinada, mas, de qualquer modo, "os sistemas classificatórios permitem, então, integrar a história; mesmo e sobretudo aquela que se poderia acreditar rebelde ao sistema" (LÉVI-STRAUSS, 1989, 270). De qualquer maneira a história só é compreensível se aproximada, senão subordinada, ao sistema teórico do etnólogo, sua racionalidade e inteligibilidade dependem da teoria e de uma lógica que não lhes são inerentes. Desse modo "basta que a história se distancie de nós na duração ou que dela nos distanciemos pelo pensamento, para que ela deixe de ser interiorizável e perca sua inteligibilidade, ilusão ligada a uma interioridade provisória" (LÉVI-STRAUSS, 1989, 283). A duração remete a história para o passado, tornando-a exterior ao sujeito cognoscente, e nada que o historiador faça pode mudar essa condição. Há assim uma insuficiência insuperável no conhecimento histórico, que para ser superada necessitaria que ele abandonasse seus próprios pontos de partida, e aceitasse a sujeição às metodologias verdadeiramente científicas das ciências nomológicas, ou seja, deveria aceitar o "imperialismo" da etnologia ou da sociologia.

Lévi-Strauss elabora então um programa que intenta promover a aproximação entre a história e a antropologia, bem como criar as condições para que isso viesse ocorrer. No nosso entender, a oposição e o esforço metodológico de Braudel é uma recusa explícita a esse programa, em alguns casos vai até mesmo para uma postura de confronto frente ao quadro proposto pelo antropólogo. Assim, não se pode dizer que Lévi-Strauss tenha condenado a história, ou negado a sua importância para o desenvolvimento da ciência da sociedade, ou ainda remetido a história para um limbo de antiquarismos carentes de cientificidade. Pois, conforme entende Lévi-Strauss

existem possibilidades efetivas de aproximação entre as duas disciplinas. Cria então um lugar para a história no âmbito das ciências humanas: "esta profissão de fé historicista poderá surpreender, pois já fomos algumas vezes, censurados para fechar-nos à história e por tê-la negligenciado em nossos trabalhos. Quase não a praticamos, mas fazemos questão de reservar-lhes seus direitos" (LÉVI-STRAUSS, 1976, 23). O lugar epistemológico da história torna-se assim uma delegação de autoridade por parte da antropologia, que é o que mais repulsa causou aos historiadores, especialmente a Braudel.

Definidos os termos da aproximação, Lévi-Strauss apresenta então vários problemas aos historiadores. O primeiro diz respeito ao lugar do conhecimento histórico no âmbito das ciências do homem. Reserva ele aos historiadores um programa "modesto", que conforme entendia seria aquele que era praticado pelos próprios historiadores: "é forçoso constatar que a história se ateve ao programa modesto e lúcido que se tinha proposto, e que prosperou segundo suas linhas. Do ponto de vista da história, os problemas de princípio e de método parecem definitivamente resolvidos" (LÉVI-STRAUSS, 1975, 13). A dimensão diacrônica por si já aproximaria a história da antropologia ou da etnologia, e entende que só trabalhando à maneira dos historiadores é que a dimensão temporal poderia ainda ser preservada na etnologia. Contudo, o emprego do *método histórico*, segundo Lévi-Strauss, quase sempre resultou em fracasso em etnologia, o que teria ocorrido com a perspectiva histórica de Boas, com o funcionalismo à maneira de Malinovski e com o difusionismo.

Segundo Lévi-Strauss "a própria obra de Boas demonstra a que ponto é decepcionante procurar saber *como as coisas chegaram a ser o que são*, renunciar-se-á a *compreender a história*, para fazer do estudo das culturas, uma análise sincrônica das relações entre seus elementos constitutivos no presente [grifos do autor]" (LÉVI-STRAUSS, 1975, 23). O emprego do método histórico de estudo da formação das *coisas* no tempo resultou nesse caso impraticável. De qualquer modo, o problema do historiador é o mesmo do etnógrafo, pois se esse está distante culturalmente de seu objeto (as sociedades primitivas), o historiador está distante temporalmente do seu (as sociedades no passado) (LÉVI-STRAUSS, 1975, 32). Lévi-Strauss acredita que não existe aproximação empírica possível em nenhum dos dois casos.

Já a etnologia abre mão da percepção da sociedade na diacronia, procurando tão somente o seu ser sincrônico. E, ao fazer isso, a diacronia volta reivindicando seu lugar, assim, "mesmo a análise das estruturas sincrônicas implica num recurso constante à história, mostrando "que instituições se transformam, isto é, esta, sozinha, permite destacar a estrutura subjacente a formulações múltiplas, e permanentemente através de uma sucessão de acontecimentos" (LÉVI-STRAUSS, 1975, 37). Os historiadores podem continuar fazendo isso, e os etnólogos disso, podem tirar algum proveito,

uma vez "a etnologia não pode permanecer indiferente aos processos históricos e às expressões mais altamente conscientes dos fenômenos sociais" (LÉVI-STRAUSS, 1975, 39). A história lidaria assim com os fenômenos conscientes da sociedade, e a etnologia com os fenômenos inconscientes da mesma, uma ficaria com o *ego*, a outra com o *id*. A estrutura não é empírica, ela é *invisível* para seus próprios praticantes, é inconsciente, assim não estaria ao alcance dos historiadores. Mas, para encontrar os fenômenos inconscientes da sociedade, o etnólogo precisa partir de sua manifestação consciente, desse modo "o estudo diacrônico deve explicar fenômenos sincrônicos" (LÉVI-STRAUSS, 1975, 49). O lugar a ser ocupado pela história é o de fornecedora de dados empíricos à etnologia ou à sociologia, assim como faz a etnografia.

No conjunto das ciências do homem existiriam as seguintes relações: Etnografia → Etnologia → Antropologia ↔ História → Sociologia (LÉVI-STRAUSS, 1975, 323). Desse modo, a pesquisa histórica se transforma numa mera etapa da investigação sociológica ou etnológica. Caberia à história e à etnografia somente um papel "na coleta e na organização de documentos, enquanto que as duas outras estudam antes os modelos construídos a partir e por meio destes documentos" (LÉVI-STRAUSS, 1975, 323). Assim, não haveria entre as ciências uma "competição", mas sim "colaboração". Se é que a história pode reivindicar condição de ciência. Entendemos que para Braudel, imperialista e dominante no meio institucional de produção de conhecimento das ciências sociais, essa condição subordinada era inaceitável, e de certo modo contrariava todo o programa de *Annales* já em curso desde 1929.

É diante desse panorama que Braudel se sentiu compulsado a firmar um verdadeiro programa historiográfico em 1958, o qual já vinha desenvolvendo e praticando desde 1946, com a defesa acadêmica de *O mediterrâneo.* O programa de Braudel passa pela recuperação da proposta inicial de Lucien Febvre e Marc Bloch, que é de que a história deve ser *total* ou *global*. Para que isso fosse possível seria necessário um processo de interdisciplinaridade, pois dizer que algo é histórico, e por isso total, é dizer que ele é sociológico, geográfico, antropológico, econômico, psicológico, político, enfim no todo se teria a história. De outro lado, a história deveria ampliar a sua concepção de documento, pois como tudo é histórico, tudo que diz respeito ao homem também é histórico. A ciência histórica seria então um lugar de síntese, onde as análises setoriais retornariam ao seu caudal, que é a própria temporalidade da ciência histórica. Caberia, então, aos historiadores criarem mecanismos para que essa totalidade se tornasse possível e viável na pesquisa histórica e na sua apresentação na forma de conhecimento produzido. O real é total e multitemporal, por isso, a história para obter a totalidade da realidade deveria encontrar mecanismos antropológicos de perquirição e de

apresentação dos diversos tempos que existem na história. Nesse sentido, a teoria dos três tempos de Braudel se presta como método para a obtenção da totalidade histórica.

É preciso então recuperar a história na sua vitalidade, sendo que ela não pode ser pensada sem a sua característica temporal. A temporalidade histórica deve ser buscada na "duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que são não só a substância do passado, mas também a matéria da vida social atual" (BRAUDEL, 1990, 9). O problema é como apresentar essa totalidade na forma de conhecimento histórico, numa apresentação que contenha todas as dimensões e dinâmicas espaciais e temporais do real vivido. Trata-se, conforme o seu entendimento, de recuperar a "dialética da duração" histórica, essa para ele "se depreende do ofício e da reiterada observação do historiador; para nós, nada há mais importante, no centro da realidade social, que está em viva e íntima oposição, infinitamente repetitiva, entre o instante e o tempo lento no seu decorrer" (BRAUDEL, 1990, 9). Nem o evento singular nem a estrutura geral da história, e sim o imenso gradiente de diversidade temporal que existe entre o tempo breve do evento e o tempo longo da estrutura. A totalidade histórica não se apresenta decomposta em diversos tempos, o historiador, então, deve proceder a uma decomposição artificial dessa totalidade para torná-la inteligível. O tempo histórico, total e multidimensional, se submete então à operação metódica do historiador, pois "o trabalho histórico decompõe o tempo passado e escolhe as suas realidades cronológicas, segundo preferências e exclusões mais ou menos conscientes" (BRAUDEL, 1990, 9). Nesse gradiente temporal existente no todo histórico, existe uma infinidade de temporalidades, tão grande que nem pode ser expressa racionalmente. Quantos tempos são? Em *O Mediterrâneo* ele nos apresenta três, mas "a história situa-se em diferentes níveis, quase diria em três níveis, se isso não fosse simplificar demais: são dez, cem níveis, aqueles que haveria que considerar, dez, cem durações diferentes" (BRAUDEL, 1990, 80). Mas é preciso simplificar, senão o conhecimento histórico torna-se uma impossibilidade, e é por isso que desenvolve a divisão da história em *três tempos*.

Em 1946, no prefácio da primeira edição de *O Mediterrâneo*, Braudel expõe a estruturação da obra em três livros, em três partes, sendo que "cada una de las cuales es, de por si, un intento de explicación de conjunto" (BRAUDEL, 1995, vol 1, 17). Mesmo segmentando a história em tempos diversos, Braudel opera um movimento de ida e volta entre os diversos níveis temporais, para que não se perca aquilo que a divisão quer justamente explanar, a totalidade da história. O primeiro livro trata do tempo longo da estrutura, "una historia casi immovil, la historia del hombre em sus relaciones con el medio que le rodea; historia lenta em fluir y em transformarse, hecha no pocas veces de insistentes reiteraciones y de ciclos incessantemente

reiniciados" (BRAUDEL, 1995, 17). Na seqüência, no segundo livro, o tempo médio, de conjuntos, que é "uma historia *social*, la historia de los grupos y las agrupaciones" (BRAUDEL, 1995, 17). E por fim no terceiro livro, o tempo instantâneo, imediatamente perceptível ao observador, o tempo curto dos eventos, que é o tempo "de la historia tradicional o, si queremos, la de la historia cortada, no a la medida Del hombre, sino a la medida Del indivíduo, la historia de los acontecimientos" (BRAUDEL, 1995, 18). É o tempo da história tradicional, mas que não pode ser negligenciado, pois o tempo da estrutura é o "essencial", mas "no es la totalidad" (BRAUDEL, 1995, vol 2, 335). A "grande história" pode ser explicada pelos movimentos das estruturas, mas não os destinos individuais, por isso esses necessitam de uma narrativa em tempo curto. Pode se dizer tendo em consideração *O Mediterrâneo* que a partir da estrutura caminha-se do mais abstrato para o mais concreto, do formal para o observável, pois os acontecimentos são aquilo que é imediatamente perceptível, já as estruturas exigem uma complexa operação metodológica por parte do historiador. Peter Burke, inclusive, tenta explicar essa forma de exposição adotada por Braudel, pois considera que foi justamente ela a responsável pela maior parte das críticas dirigidas a Braudel, como "um meio de fugir às críticas teria sido iniciar o livro pela história dos acontecimentos [...], e mostrar que é ininteligível a história das estruturas que, por sua vez, é ininteligível sem a história do meio. Iniciar, porém, pelo que considerou a história 'superficial' dos acontecimentos seria intolerável para Braudel" (BURKE, 1991, 53). Mas não é só isso, tanto faz a forma de exposição, pois ela é uma *forma* que intenta obter a *totalidade* (que é um conteúdo), e essa deve ser observada em cada uma das partes, não no conjunto da soma dos três tempos. De outro lado, o texto histórico é artificial, uma construção do historiador, por isso ele não deve tentar repetir a realidade. Além disso, nada há o que indique que a realidade vá de forma indutiva do particular para o geral, Braudel prefere, em sua exposição da totalidade, a forma dedutiva, do geral para o particular.

Nesse prefácio, bem como em toda obra, a questão é colocada em termos de "partes" de uma obra de história. No texto de 1958, ele então formula o problema em termos de tempo da história propriamente dita. Existe em primeiro lugar o tempo breve, o "instante", dileto da "história tradicional", que remete às instâncias minúsculas da realidade histórica, "ao indivíduo, ao acontecimento" (BRUDEL, 1990, 10). Esse tempo menor é o que deve circunscrever o acontecimento, muito embora existam acontecimentos estruturais e conjunturais, mas Braudel elege o acontecimento como a dimensão em que o tempo mais dinâmico se apresenta, por isso ele diz em relação ao acontecimento: "agradar-me-ia aprisioná-lo na curta duração: o acontecimento, ruidoso" (BRAUDEL, 1990, 11). Tais acontecimentos, ainda que igualmente breves, variam de dimensões, existem desde

os grandes acontecimentos próprios da história política, como a Batalha de Lepanto, de 1571, até os pequenos percalços do cotidiano: "junto com os grandes acontecimentos históricos, os medíocres acidentes da vida ordinária" (BRAUDEL, 1990, 11). Talvez a variação entre eles deva-se mais a uma questão cromática e de evidência sensível do que propriamente a uma questão de tamanho, uma vez que "o passado é, pois, constituído, numa primeira apreensão, por esta massa de pequenos fatos, uns resplandecentes, outros obscuros e indefinidamente repetidos" (BRAUDEL, 1990, 11). O equívoco da etnologia estrutural está justamente em considerar esse como o único tempo de que se vale o historiador. Mas é possível detectar, artificialmente, outros níveis, ou camadas temporais, que de imediato não possuem a mesma vivacidade da "curta duração".

Segue-lhe a "média duração", que pode ser expressa por meio da conjuntura, que são as "amplas secções do passado" (BRAUDEL, 1990, 10). É a totalidade histórica seccionada em segmentos de "dez, vinte ou cinqüenta anos". O historiador precisa determinar essas secções por meio, principalmente, da seriação de pequenos átomos acontecimentais da sociedade, da economia e das instituições políticas. Dizer essas camadas temporais medianas implica no desenvolvimento de um novo tipo de "narração", pois "surge uma nova espécie de narração histórica – pode-se dizer o 'recitativo' da conjuntura, do ciclo, até do interciclo" (BRAUDEL, 1990, 12). É a situação intermediária, é a repetição que muda periodicamente, uma dimensão que se apresenta "desgarrada constantemente entre lo que cambia y lo que persiste" (BRAUDEL, 1995, 473).

Finalmente a "longa duração", o tempo das estruturas. Nsse tempo é que se situa "uma história de fôlego ainda mais contido e, neste caso, de amplitude secular, trata-se da história de longa, e mesmo muito longa duração" (BRAUDEL, 1995, 10). Tem uma duração longa, secular, ou até milenar, dependendo da estrutura, são os grilhões da história, o seu sentido, a sua orientação, as permanências, aquilo que dificilmente se modifica. É o tempo estrutural, sendo que "boa ou má é ela que domina os problemas da longa duração" (BRAUDEL, 1990, 14). Essas estruturas de longa duração, ao menos aparentemente, paralisam a história, "imobilizam, impõe limites à ação dos indivíduos, dos grupos ou das massas, são limites "envolventes" "dos quais o homem e as suas experiências não podem se emancipar" (BRAUDEL, 1995, 14). Se existe um determinismo em Braudel é nessa instância que ele se apresenta, pois as estruturas "obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer" (BRAUDEL, 1995, 14). Ao contrário das estruturas de Lévi-Strauss, tratam-se aqui de estruturas temporais, elas na verdade, inclusive, determinam uma circunscrição temporal, a "longa duração". As estruturas se constituem em elementos diacrônicos que aparentam sincronia ou acronia, seus ritmos são tão lentos que se

tornam imperceptíveis à primeira apreensão, aparentando se localizar fora do tempo. Mas a estrutura é em si uma dimensão temporal, uma vez que uma dimensão histórica que é essencialmente parte constitutiva da história. Olhando-as em seu interior, com uma lupa, vêem-se as pequenas transformações cotidianas, e nos seus limites as suas transformações estruturais, as mudanças de uma estrutura para a outra. Por isso, afirma Braudel, "todas as estruturas da história são, pelo menos elementarmente, dinâmicas" (BRAUDEL, 1995, 26).

Para Braudel a história factual, ou o tempo curto, que é como ele considera o fenômeno episódico, pode ser recomposta com documentos singulares, únicos, pois ela lida com aquilo que por essência é singular, *elementos* únicos porque são sempre singulares. Mas podem existir vários documentos particulares falando de um só fato. Isso é até imprescindível, para seguir pela "lógica da semelhança" proposta por Marc Bloch. Nesse caso, trata-se de restituir os fatos na sua proximidade temporal e espacial, a sua sincronia e na sua diacronia, para se obter uma narrativa. Nesse âmbito, o da *narrativa acontecimental*, a história não aparece com muita lógica, a explicação avança pouco além da mera apresentação das causas simples que alinham um acontecimento ao outro, o que decorre mais da proximidade temporal e espacial entre os eventos do que de uma explicação de conjunto. O acontecimento é o limite, e no seu limite não existe explicação, aí prevalece o acaso, aquilo que não tem causa. Quando Braudel narra episodicamente a biografia de Carlos V, ao mencionar suas mais de setenta heranças territoriais, o historiador encontra um limite: como explicar o modo que essa imensa força histórica tenha sido depositada nas mãos de um só homem? Foi "o acaso, força cega, e só o acaso preparou, diz-se, essa surpreendente fortuna principesca e política" (BRAUDEL, 2002, 210). E mais, na vida desse personagem, "em todos esses acontecimentos, o acaso representou, evidentemente, um grande papel" (BRAUDEL, 2002, 211). Mas a narrativa não se contenta com a mera enumeração de acasos sem explicação, pois "não digam que Carlos V foi, simplesmente, essa soma de acasos" (BRAUDEL, 2002, 211), pois ele "é presa do perpétuo turbilhão da grande história, que o condena às soluções do momento, necessárias, inevitáveis" (BRAUDEL, 2002, 215). Braudel não se contenta com a narrativa pura e simples, dada a sua impossibilidade de explicar, mas para que isso venha ocorrer é preciso que o historiador recorra a outras instâncias, outros tempos, capazes de explicar, de determinar as ações individuais: trata-se das conjunturas e das estruturas.

Na perspectiva da conjuntura a narrativa é insuficiente. Pois ela necessita de seqüências de informações, uma vez que por excelência lida com séries, já que necessita de sequências de dados. Diversos fatos semelhantes possuem invariantes que permitem constituir seqüências no tempo e no espaço; a perda de semelhança nas seqüências passa a indicar mudanças

conjunturais, que seriam como diz Braudel, mudanças nas direções de uma curva. Por isso o conjunto só pode ser perceptível a "médio prazo", numa duração intermediária, que pode durar 20, 30 ou 50 anos. Numa apresentação conjuntural uma curva é uma *função* da conjuntura. A conjuntura não pode ser vista sem essas seqüências. As conjunturas na verdade são unidades que permitem perceber os movimentos conjunturais. Para haver uma análise conjuntural, o historiador deve estar de domínio de várias conjunturas, a fim de apreender o seu movimento. Esse movimento conjuntural para ser expresso necessita da descrição dos quadros conjunturais.

As estruturas atravessam os fatos e as conjunturas. É o panorama. Braudel admite, no depoimento pessoal de sua formação, que o matiz panorâmico de sua obra deriva até certo ponto das condições em que escreveu *O Mediterrâneo*, pois na prisão, na impossibilidade de agir, teve de se contentar com a "contemplação", pois "precisava acreditar que a história e o destino se escreviam em muito mais profundidade. Escolher o observatório do tempo longo era escolher, como um refúgio, a própria posição de Deus Pai" (BRAUDEL, 2002, 87). É por isso que Burke diz que existe uma "visão olímpica braudeliana", que é a estrutura observada do ponto de vista de um vôo de pássaro (BURKE, 1991, 54). A estrutura, contudo, não constitui produto de mera observação do todo histórico, pois o todo não é observável, também não é puro cálculo, como ela se apresenta em Lévi-Strauss. Ela é contemplação da história, englobante e quase assassina do tempo ou até o espaço. Em poucas linhas o historiador salta da França Merovíngia para a mesma França ocupada pelas forças nazistas durante a segunda guerra. Numa mesma página a visão salta da China até Florença Renascentista do século XVI. Mas como captá-la? Braudel não é um metafísico, se o fosse simplesmente imobilizaria a história e a subordinaria a um tipo de Filosofia da História. Nem é um estruturalista formalista, pois não se contenta com formas estruturais plásticas capazes de explicar qualquer realidade particular, como em Lévi-Strauss. Sua postura está em aprisionar nas estruturas os acontecimentos e os conjuntos, que são cognoscíveis empiricamente por meio de procedimentos metodológicos, pois acontecimentos e conjuntos são determinados pelas estruturas. Conhecendo-os é possível vislumbrar as estruturas que os costuram. Eles são da estrutura, na verdade, mais *índices* que *função*. Uma vez chegado à estrutura, de certo modo "empiricamente", tem-se a explicação do *por que* das coisas se agregarem ou acontecerem em conjuntos ou eventos. Assim, falar de estruturas constitui estabelecer explicações. A estrutura é síntese, mesmo não sendo toda a história e nem todas as explicações; é síntese de *narrações*, *descrições* e *explicações*. Não há em Braudel homologias estruturais, como existem em Lévi-Strauss. Têm-se sínteses estruturais, mas que são no fundo incapazes de fornecer toda a história.

A totalidade só pode ser obtida na soma de todos os seus tempos, ela

não está presente integralmente em nenhum de seus tempos particulares. A narrativa dos acontecimentos, a descrição conjuntural e a explicação estrutural não são capazes por si mesmas de oferecer a totalidade da história. A história é tudo isso junto, é por isso total, global. Não é uma causa particular, é a causalidade total. Se for detectada uma fome em Florença no século XVI, é preciso buscar todo o complicado sistema episódico, conjuntural e estrutural que a explique; ou as dimensões local, italiana, européia e mundial de causas. Para se obter a totalidade da história é necessário narração, descrição e explicação; a soma desses diversos procedimentos fornece, então, a compreensão histórica. Para Peter Burke, Braudel teria privilegiado o tempo longo, as estruturas, em detrimento dos indivíduos. Por isso teria eliminado da história a liberdade humana, em função de um *determinismo* não só estrutural, mas também *estruturalista*. Porém para Braudel tratava-se de um combate a um determinado tipo de história até então praticada, que era a *história tradicional*. Assim afirmar as estruturas se constituía numa forma de estabelecer um combate a essas práticas historiográficas. Tratava-se, também, de dar uma resposta às críticas que as demais ciências sociais faziam à história, especialmente as partidas de Lévi-Strauss, que entendiam que a história, para ser cientifica, necessitava abandonar o seu próprio solo, a temporalidade, por isso afirmar as continuidades resistentes, mas não carentes, ao tempo. Para José Carlos Reis, tratava-se também de uma resposta a uma situação de crise, afirmar as permanências implicava encontrar um refúgio em meio à convulsão acontecimental do século XX. Para Braudel, trata-se, de um lado, de afirmar que a história é multitemporal, nunca atemporal, por isso teria afirmado em entrevista a Peter Burke: "meu grande problema, o único problema a resolver, é demonstrar que os tempos avançam em diferentes velocidades" (BURKE, 1991, 52). Nesse sentido, Braudel não é determinista, existe determinismo, assim como existe também acaso e liberdade. Também não é estruturalista, pois sua estrutura não é sincrônica ou acrônica, bem como a estrutura não é toda a sociedade. O que existe é uma totalidade histórica que para ser apreendida necessita ser segmentada. Nesse sentido a noção de totalidade é bem mais criticável que as noções de estruturação e de determinação estrutural, o que muito bem perceberam Paul Veyne e Michel Foucault.

Contudo, em nosso entender não são esses os maiores problemas da perspectiva braudeliana. O maior problema se apresenta no momento da definição do estatuto do conhecimento obtido pelo método por ele apresentado: os três tempos que dão conta da totalidade são a reconstrução da realidade ou a realidade mesma? Estrutura, conjuntura e acontecimento são realidades vividas e observáveis ou construções historiográficas que objetivam a compreensão da realidade? Braudel, ao menos aparentemente, não se preocupa em responder a essas questões, bem como a questão da objetivida-

de e da subjetividade estão ausentes de seu campo de preocupações. O que de certo modo foi percebido com perspicácia por Lévi-Strauss, ou seja, não necessitou da pós-modernidade para ser denunciado. Para o etnólogo o problema da representação do tempo se constitui mesmo numa impossibilidade que se apresenta aos historiadores, a impossibilidade de produzir ciência histórica preservando a noção de tempo. Conhecer cientificamente significaria suprimir aquilo que é basilar aos historiadores, o próprio tempo. Faz isso criticando a própria noção de evento, acontecimento, fato ou informação histórica utilizada pelos historiadores. Para ele "a concepção de história que nos propõe não corresponde a nenhuma realidade" (LÉVI-STRAUSS, 1989, 284). Isso porque a dificuldade reside em definir aquilo que é mais elementar no conhecimento histórico: o fato histórico. Para que o historiador lide com unidades temporais mais longas é preciso que ele crie séries de datas recorrentes. Ora, o evento é sempre particular e individualizado, vivido uma única vez. Mas o que é um evento? Uma data situada numa certa unidade temporal e em determinado espaço, "mas", afirma Lévi-Strauss, "tomada nela mesma, uma data histórica não teria sentido, pois não remeteria a outra coisa que não a si mesma" (LÉVI-STRAUSS, 1989, 287). O problema, na verdade, é: que unidade histórica básica pode ser quantificada como um evento? Uma data seria uma classe de datas, e essas outras classes de datas? Para Braudel o evento é aquilo que aparece em uma "primeira apreensão". O problema é que eventos como a Batalha de Lepanto, a Morte de Carlos V, ou uma gripe desse mesmo, ou o camponês que vende sua produção de trigo, não são equivalentes, nem são imediatamente apreensíveis. Pois nosso olhar se volta mais para alguns eventos em detrimento de outros. Olhar implica, então, em escolha promovida pelo dono do olho que vê. Braudel "viu" a Batalha de Lepanto e a derrota da Invencível Armada; Ginzburg os percalços de um moleiro com a inquisição; Ladurie a prisão de um camponês transumante chamado Pierre Maury; e Natalie Zamon Davis a esperteza de um falsário que enganou toda uma cidade. De certo modo, então, isso que chamamos de evento, por menor que seja, passa por um processo de atribuição subjetiva de *sentido* por parte do sujeito cognoscente. Segundo Remo Bodei "se uma coisa tem relevo, é porque uma se achata ou se esbate" (BODEI, 2001, 14). Ou seja, a conceitualização do evento, como unidade de sentido, por menor ou mais elementar que seja, implica num corte na realidade. Assim, dar o sentido de um evento implica num "critério de pertinência escolhido' (BODEI, 2001, 15). Para Rüsen um dos motivos para se dar credibilidade a uma história se dá em grande parte em função do "conteúdo referencial" de uma narrativa, mas "os fatos, no processo da narrativa, nunca são puros em si, mas articulados em um contexto temporal que é mais que puramente factual" (RÜSEN, 2001, 104). O próprio processo historiográfico do historiador escolher uma determinada unidade temporal

e lhe dar o nome de evento, ainda que ele seja verificável em um documento específico, implica num processo de atribuição de sentido por parte do historiador. Para Rüsen a informação, a unidade de sentido mínima utilizada pelo historiador, os "chamados fatos", deve "asseverar que, num determinado tempo e em um determinado local, algo ocorreu de determinada forma por causa de determinadas razões" (RÜSEN, 2001, 91). Mas que tempo e que lugar, e porque esse tempo e esse lugar? E as razões, estão contidas no próprio evento? Ou seja, é necessário que haja uma construção de sentido por parte do historiador.

No primeiro volume de *A Identidade da França* (BRAUDEL, 1989), Braudel utiliza uma série de noções geométricas para apreender a "estrutura" de seu país, mas também a sua "totalidade". Uma primeira é a de *Hexágono*, que não é uma elaboração mental do território francês de autoria do próprio Braudel, que é a de uma França geométrica constituída de seis lados. Os Pireneus, o Mar Mediterrâneo, o Atlântico, os Alpes, o Reno, e, por fim, uma linha "artificial" que vai de Sedan, no Reno, até Dunquerque, no Canal da Mancha, sendo que cada uma constitui um dos lados Hexágonos. É uma França quase natural, o território que lhe dá *força* e substância. Justamente o seu lado mais frágil (por ser artificial), a fronteira com a Bélgica e Luxemburgo, constitui o seu calcanhar de Aquiles: por aí ocorreu a penetração alemã durante a segunda guerra, foi também nesse norte que Napoleão foi derrotado. Outra noção geométrica é da França bipartida em dois hemisférios: a do norte, a de *langue d'Oïl*, o hemisfério dominante, e do sul, a de *langue d'Oc*, absorvido pelo norte no processo de unificação. Ou seja, por esses dois exemplos se nota o quanto existe de construto intelectual nas elaborações braudelianas, construções abstratas, que às vezes se assemelham a puras formas intelectuais abstratas, pouco guardando da realidade a qual querem representar. Apesar disso, a ambição braudeliana é a de elaborar uma construção historiográfica a mais próxima possível da realidade, pois a intenção da proposição de uma totalidade em três tempos é a de produzir uma representação do real mais próxima possível desse mesmo, a tal ponto que se possa falar de uma identidade entre os dois, pois "o historiador nunca se evade do tempo da história" (BRAUDEL,1990, 33). Admite isso, e ao mesmo tempo reconhece que "o inquiridor do tempo presente só alcança as finas camadas das estruturas, sob a condição de *reconstruir*, ele também, de antecipar hipóteses e explicações, de rejeitar o real como é percebido, de truncá-lo, de superá-lo" (BRAUDEL, 1990, 19). Contudo, essa afirmação é uma crítica aos sociólogos. Como se o problema do método sociológico estivesse no fato de produzir uma diferença entre a história e o conhecimento dessa mesma. Podemos concluir que existe em Braudel certa confiança ingênua de que o método de apreensão e apresentação do real por meio da historiografia poderia por si mesmo dar conta do problema da objetividade na história. Isso se dá porque

para ele, quase sempre, o problema teórico da história foi considerado como um problema exclusivamente metodológico. Isso acaba por aproximá-lo dos *metódicos* (os *historiadores tradicionais*) que tanto criticava, bem como em dar razão ao seu maior crítico da Antropologia Estrutural, Claude Lévi-Strauss. De certo modo reconstruir a totalidade como queria Braudel, significa praticamente em reviver a história, tem-se assim o mesmo paradoxo vivido por Funes, personagem de Jorge Luís Borges.

Referências

BODEI, Remo. **A história tem sentido?** Bauru-SP: Edusc, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 6 ed. Lisboa. Editorial Presença, 1990.

BRAUDEL, Fernand. **A identidade da França**: espaço e história. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **Uma lição de História de Fernand Braudel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **El Mediterrâneo y el mundo mediterrâneo en la época de Felipe II**. 2 tomos. 3 ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1995.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado, seu futuro. In: **A escrita da história**: novas perspectivas. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BURKE, Peter. História dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: **A escrita da história**: novas perspectivas. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales. 1929-1989** – A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

DOSSE, François. **História e ciências sociais.** Bauru-SP: Edusc, 2004.

FOULCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro, 2005

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1975.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural dois**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas-SP: Papirus, 1989.

LLOYD, Christopher. **As estruturas da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques (org). **A história nova**. *São* Paulo: Martins Fontes, 1990.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica** – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2002.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. **Textos de História**. Brasília: UnB, vol. 4, nº 1, 1996.

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: LE GOFF, Jacques (org). **A história nova**. *São* Paulo: Martins Fontes, 1990.

Artigo recebido em junho de 2009 e aceito para publicação em outubro de 2009